UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES-IH
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

ALASSANA BALDÉ

NEPOTISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GUINEENSE: CASO DE SELEÇÃO E RECRUTAMENTO PARA SERVIÇO PÚBLICO (1974 A 2020)

REDENÇÃO/CE
2024

ALASSANA BALDÉ

NEPOTISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GUINEENSE: CASO DE SELEÇÃO E RECRUTAMENTO PARA SERVIÇO PÚBLICO (1974 A 2020)

Projeto de Pesquisa apresentado ao Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus Ceará, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

ORIENTADOR/A: Dr. Sebastião André Alves de Lima Filho.

REDENÇÃO/CE
2024

ALASSANA BALDE

NEPOTISMO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA GUINEENSE: CASO DE SELEÇÃO E RECRUTAMENTO PARA SERVIÇO PÚBLICO (1974 A 2020)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus Ceará.

Aprovado em: 11/04/2024

BANCA EXAMINADORA

_____

Prof. Dr. Sebastião André Alves de Lima Filho (Orientador)
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB

_____

Prof. Dr. Carlos Subuhana
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB

_____

Prof.ª Dra. Maria de Fátima Souza da Silveira
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO 5
2 DELIMITAÇÃO DE TEMA 8
3 OBJETIVOS 8
1.1 Objetivo geral 8
1.2 Objetivos específicos 9
4 HIPÓTESES 9
5 JUSTIFICATIVA 9
6 REFERENCIAL TEÓRICO 11
1.3 Breve histórico sobre a construção do Estado da Guiné-Bissau 11
1.4 Administração pública na Guiné-Bissau: nepotismo como obstáculo para sua organização 17
1.5 A Clientelismo em ocupação dos cargos públicos como possível fator para fragilização das instituições públicas na Guiné-Bissau 21
7 METODOLOGIA 24
REFERÊNCIAS 27

1 APRESENTAÇÃO

Este projeto de pesquisa objetiva-se contribuir na análise do problema social relacionado ao nepotismo na administração pública guineense a partir de um estudo de caso da seleção e recrutamento para serviço público de 1974 a 2020. Salienta-se que o nepotismo é um problema social, que está afetando a administração pública da Guiné-Bissau, tem sido contestado, que não se baseia no princípio da igualdade para acesso aos cargos públicos. O nepotismo é fator principal da fragilização das instituições públicas do país.

A Guiné-Bissau localiza-se na costa Ocidental africana. Faz fronteira com dois países, ao norte pelo Senegal, a este e sudeste a República da Guiné Conacry e na zona sul e oeste é banhada pelo oceano Atlântico e além do território continental. Tem ainda a parte insular que constitui os arquipélagos dos Bijagos, com mais de 80 ilhas e a superfície do país é de 36. 125 km² e é administrativamente dividida em 08 regiões e 37 setores, incluindo o setor autônomo de Bissau, a capital do país (NAMONE, 2014).

Este país, tomou a independência de forma unilateral sem a presença dos colonizadores em 1973, foi reconhecido só no ano 1974, com a revolução de cravos lá em Portugal. A partir daí, tornou-se a primeira colônia portuguesa a ter a Independência reconhecida.

A população do país, atualmente está estimada em cerca de um milhão e quinhentos mil habitantes (1.500.000hab), separados em aproximadamente trinta (30) grupos étnicos, sendo ordenados de acordo com a importância numérica que são: Balantas, Fulas, Mandingas, Manjacos, Papéis, Mancanhas/Brames, Beafadas, Bijagós, Felupes, Balanta-Mané, MansoancaCunante, Baiote, Nalus, e outros grupos menores incluindo luso-africanos, ou seja, crioulos (NAMONE, 2014).

O português é a língua oficial do país, porém a língua mais falada é o crioulo guineense, sendo utilizado como auxiliar na comunicação entre os guineenses, por motivo da diversidade linguística nacional onde se encontra cerca de 30 etnias diferentes (ARAUJO, 2012).

Administrativamente o país está composto por oito regiões entre os quais destaca-se: Cacheu, Oio, Gabu, Bafatá, Quinara, Tombali, Bolama-Bijagós, Biombo– e um setor autônomo, a capital Bissau. Para além disso, cada região está dividida em setores e estes por sua vez são divididos em seções que agrupam várias tabancas e vilarejos (ARAÚJO, 2012).

Em termos climáticos, Guiné-Bissau é totalmente tropical, que varia entre período quente e húmido, tendo somente duas estações do ano, uma delas é a estação da chuva que começa normalmente no mês de maio e término em outubro, e a estação seca no semestre estimado entre novembro e abril (ARAÚJO, 2012).

A economia do país é baseada principalmente na produção agrícola, que compõe 60% do seu Produto Interno Bruto (PIB) em termos de exportações é de 90%. Desse modo, 60,4% da população vive nas zonas rurais, a agricultura é tida como principal fonte de ocupação, além de castanha de caju, que é fonte fundamental para rendimento familiar e a produção agrícola também inclui o arroz e outros cereais milho, sorgo feijão, tubérculos mandioca, batata-doce, frutas manga, mamão, banana, cana de açúcar, algodão, coco e amendoim, criação de gado e os produtos florestais entre outras (INDJAI, 2014).

O setor da pesca na Guiné-Bissau é importante em dois níveis diferentes no qual destaca-se: artesanal pesca oferece uma importante fonte de proteína, sobretudo para ilha, as comunidades costeiras e ribeirinhas e por outro lado, a questão da venda e licenças de pesca industrial para os outros países estrangeiros, é uma das principais fontes de receita do governo (INDJAI, 2014).

O país apresenta uma riqueza considerável em minérios e petróleo, de acordo com vários estudos de prospeção realizados por empresas reconhecidas internacionalmente, deste modo as perspetivas, de exploração em curto prazo dos recursos não renováveis como fosfato (100 milhões de toneladas), bauxita (110 milhões de toneladas) e o petróleo, possibilitará a Guiné-Bissau aproveitar de altas fontes de renda para sua economia nacional (ARAÚJO, 2012).

A gastronomia guineense é bastante enraizada na tradição da população, pois cada etnia possui uma culinária diferente do outro. Tendo um prato típico feito de candja (quiabo jiló, óleo de palma) incluindo a carne de galinha ou carne bovina tanto faz, também outro prato típico comum feito para todos guineenses é chamado caldo de mancarra “amendoim” (EMBALO, WILKE E JÓIA 2020).

Sendo assim, o país apresenta uma herança cultural diversificada e rica. Mas essa riqueza assentada na diversidade étnica, permitindo que a Guiné-Bissau tivesse manifestações artísticas multiculturais, levando em conta as variedades de usos e costumes. No entanto, a cultura guineense enriqueceu bastante devido às várias matrizes que se manifestam em diferentes e múltiplas formas. Com mais 20 expressões linguísticas, danças entre outras manifestações (ARAÚJO, 2012).

Dentro do país, existem diversos estilos musicais no qual destaca-se: Tina, Kussundé e bróska. No entanto, o nome das danças é denominado consoante estilo musical, a dança de kussundé. Cada dança representa uma coreografia própria. O carnaval, é completamente original com suas características próprias, tem se desenvolvido bastante construindo assim uma das grandes manifestações culturais de rua do país (EMBALO, WILKE E JÓIA 2020).

Em termos políticos, Guiné-Bissau é um Estado democrático e laico. Tem regime semipresidencialista, de pendor parlamentar, as primeiras eleições multipartidárias aconteceram em 1994. Com a existência dos três poderes: Executivo, legislativo e Judiciário. A transição democrática teve início nos anos 90 com a adoção do multipartidarismo. O país vivenciou várias situações de instabilidade político-militar, a consolidação da democracia tem sido o grande desafio da Nação guineense (ARAÚJO, 2012).

Segundo Pereira (2021) para que seja uma democracia, o regime político de uma dada sociedade necessita que haja interação entre o governado e o governante, funciona na base de uma interdependência funcional e dinâmica na qual: primeiro e antes de mais, existe um Estado, dirigido por normas e regras aqui designadas de procedimentos. Então, esse Estado presta contas aos seus cidadãos, assegurando a todos que as suas liberdades sejam atendidas em igualdade de direitos e circunstâncias, e que eles, são os únicos juízes da satisfação e atendimento deles.

Ainda Pereira (2021) afirma que, a concessão do poder de representação e da força coerciva acompanham a missão de servir, sobretudo proteger os cidadãos e acautelando os interesses coletivos da sociedade. Para ele, Péricles ultrapassa ainda os muros dizendo que, é contundente ao falar que o homem que não mostra interesse em política, não seja homem que se ocupa da sua própria vida. Desse modo, para os Atenienses em geral, a esse homem não se deve permitir nenhum espaço de afirmação social e nem mesmo de existência. Tal era a severidade e a restrição com que a sociedade ateniense encarava o direito e a responsabilidade de cada cidadão.

Os grupos sociais atuam com o intuito de impor seus próprios interesses como sendo do país. A política das elites na África tem sido caracterizada como uma política “da barriga” enquanto os bens públicos são “comidos” pela elite e seus representantes. No entanto, essa lógica é calcada numa política de autoprivilegiamento que não só inviabilizou o desenvolvimento, mas arruinou o que havia sobrado dos regimes coloniais (AUGEL, 1996 apud BIJAGÓ, 2011).

Guerra (2018), argumenta que independentemente de tipo de corrupção que venha ser praticado, é certo de que, os seus efeitos são nefastos, na esfera da administração pública, evidencia-se que, para a ocorrência de corrupção é necessário que agente público esteja, neste caso, desempenhando uma determinada função e que tende de atender interesses particulares ou de terceiros que destoam de suas funções típicas e do respetivo órgão ao qual presta serviços.

Para Silva e Reis (2016) afirmam que “a corrupção é um fenômeno de grande amplitude conceitual por se referir e por surgir onde há relações humanas. Pode-se falar, então, em corrupção em todos os âmbitos da relação social [...]”.

Já para Ciekalski (2019), demonstra que o fenômeno da corrupção na esfera da Administração pública é tido como uma forma particular de exercer influência ilícita, ilegal e ilegítima, sobre os negócios públicos, em proveito próprio ou seja alheio. Apresentando assim em três 03 formas diferentes: primeiro “suborno” como uso de retribuição ilícita para a realização ou omissão de ato de ofício; segundo nepotismo, sendo concessão de emprego ou favor por vínculo familiar ou por amizade, em detrimento do mérito; e terceiro peculato, desvio ou apropriação da coisa pública para proveito ilegal próprio ou de terceiros.

Dessa forma, o foco central deste trabalho visa de modo geral procurar, ou seja, investigar como se dá a corrupção que se manifesta por intermédio de nepotismo no processo de seleção e recrutamento e de como poderá ser combatida.

2 DELIMITAÇÃO DE TEMA

Este projeto de pesquisa, delimitou-se em fazer suas pesquisas, começando a nossa análise desde o período de 1974 a 2020, sobre nepotismo na administração pública guineense: caso de seleção e recrutamento para serviço público. Então, motivo pelo qual escolhemos o recorte desse período do tempo, em 1974, havia indícios de que nesse período Luís Cabral, primeiro presidente de Guiné-Bissau, tem sido fomentado o nepotismo na função pública, estando privilegiando os seus parentes cabo-verdianos para ingressar no serviço público. Em 2020, foi ano em que o movimento para alternância de Madem G15 assumiu a governação do país, após ter ganhado as eleições presidenciais com a coligação aos outros partidos políticos, os que integraram no governo na altura muitos deles colocaram seus parentes e familiares na administração pública de forma ilícita.

3 OBJETIVOS

1.1 Objetivo geral

Compreender e estudar o nepotismo na administração pública Guineense- caso de seleção e recrutamento para serviço público (1974 a 2020).

1.2 Objetivos específicos

- ✓ Compreender as relações entre política e a ocupação dos cargos na Administração Pública guineense.
- ✓ Entender como se dá os procedimentos para chegar aos cargos públicos na Administração Pública guineense.
- ✓ Compreender as relações familiares e amigáveis na ocupação dos cargos na Administração Pública
- ✓ Analisar a qualidade de mérito que perdeu brutalmente ao favor do nepotismo na ocupação dos cargos públicos

4 HIPÓTESES

- H^{1}- As exonerações e as nomeações na administração pública guineense são baseadas nos compromissos partidárias e relações familiares.

- H^{2-} Na Guiné-Bissau, as autoridades competentes são responsáveis pela fragilização das instituições públicas, por instituir nepotismo, clientelismo e patrimonialismo na função pública.

5 JUSTIFICATIVA

Escolhi este tema, por ter vivenciado destes cenários que reverberam no meu país, ou seja, muitos funcionários fantasmas na Administração Pública guineense. Percebe-se que, o processo de seleção e recrutamento dos funcionários públicos está assolado de nepotismo e, olhando como funciona esses dois processos para o serviço público, está abalado de corrupção. Os sujeitos são afiliados por gosto ou no âmbito familiar, e não da capacidade da pessoa, isto é, por mérito em Concurso Público e tudo funciona de forma legal, isto quer dizer que, não existe concurso para ingressar na função pública, mesmo que as vagas estejam disponíveis , porém, não abrem inscrições de forma pública para todo mundo ter acesso.

Para conseguir emprego tem que ser militante de um partido político, e depois de garantir o tal emprego, a pessoa tem o compromisso de pagar quotas e de sustentar o tal partido, se não, o dono vai ser deposto ao cargo, ou questões de amiguismo como dizem “quem tem punho tem emprego”. Não promovem a meritocracia, nível de desemprego no seio da sociedade guineense, é uma questão muito lamentável, uma nação sem oportunidade de emprego para juventude acadêmica, onde não existe reforma no aparelho de estado, a pessoa trabalha até com 60 a 70 anos.

Há muitos estudantes que voltaram para ao país, à procura de emprego para ajudar no desenvolvimento da Guiné-Bissau, até agora eles se encontram numa situação pejorativa sem trabalho e sem reconhecimento por parte de Estado. Maioria que conseguem trabalho na Função Pública, são filhos dos ministros e outros pais que são altos funcionários do Estado.

A Guiné-Bissau é uma nação onde não existe oportunidade de emprego, onde os analfabetos têm mais privilégios de trabalho, do que os acadêmicos em si. Será que é possível ter um avanço significativo? a fuga de muitos estudantes para exterior tem a ver com falta da valorização dos governantes, a meritocracia não funciona , a pessoa chega ali com diploma para atuar no seu campo de especialização, ele é obrigado a correr a cada dia nos ministérios , atrás dos ministros, o indivíduo formado acaba dedicando a aventurar uma nova vida, que não era seu destino, como por exemplo: trabalhar nas obras ou nos campos agrícolas, ou abrindo negócio. Muitos estudantes que já têm noção desse cenário se fogem.

Será que podemos ter mudanças no processo de recrutamento e seleção no setor público, sem que haja uma reforma administrativa eficiente? Por outro lado, podemos questionar também o que está por detrás desse tanto medo de recrutar novos quadros formados para compor sector público? Ou tem a ver com medo de novas ideologias de um pensamento social progressiva e pôr fim nesse cenário de nepotismo, clientelismo, e das pessoas com uma mentalidade eurocêntrica? A Função Pública depara-se com grande ingresso de funcionários fantasmas mal preparados com menos conhecimento, no que diz respeito ao processo administrativo e de como saber gerir recursos públicos.

Este trabalho justifica-se por diversas razões: políticas, acadêmicas e sociais, vendo todas as temáticas discutidas neste trabalho, oferece um conhecimento profundo sobre a forma de compreender o cenário de aliciamento dos funcionários públicos que é um caso preocupante na sociedade guineense. Proporcionando um conhecimento das pessoas sobre a suposta atuação do governo e a instituição ligada à área de seleção e recrutamento dos profissionais para o aparelho de Estado. E na investigação a eventual envolvimento de alguns membros de Estado a garantir emprego aos familiares de forma clandestina, permitindo desta forma o povo a encontrar informações necessárias e suficientes para eventual investigação ou analisar assuntos ligados a essas áreas que têm sido banalizados no país.

No âmbito acadêmico, este trabalho será importante nos estudos modernos, podendo oferecer informações credíveis aos novos pesquisadores, que estarão interessados em fazer apresentações, seminários, debates, palestras, dissertações e em vários trabalhos acadêmicos

ligados a essa temática. Então, isso não vai só limitar em fornecer uma visão apropriada futuramente e será fundamental para novos pesquisadores nessa área.

No âmbito político, este trabalho poderá ser um elemento fundamental para os governantes e os políticos do país como suporte informativo, que ajudará o próprio governo e políticos nas suas responsabilidades como Estado de garantir o emprego ao seu povo. De qualquer forma, será importante e necessário uma revisão das instituições ligadas a este cenário de recrutamento e seleção, e ajudará também o Estado analisar face a sua atuação quanto a autoridade e fazer respeitar as normas da democracia no país, para chegar ao auge do desenvolvimento.

No âmbito social, ajudará o povo que vive nessas sociedades a entender o papel do Estado perante o compromisso que o governo assume com sua nação de garantir emprego.

Sendo assim, este trabalho nos mostrará a forma como funciona o sistema de recrutamento e seleção do pessoal para compor o Estado guineense. Certamente ajudará bastante o governo e a tutela responsável de aliciar os funcionários públicos, e será uma peça valiosa para o Estado, e para futuras pesquisas ligadas a esta temática como, Autoridade de Regulação de Concursos públicos (ARCP-GB), a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH) e as organizações internacionais como: (ONU) Organizações das Nações Unidas, que tem a política focada nas questões da proteção dos direitos da liberdade e igualdade dos seres humanos.

6 REFERENCIAL TEÓRICO

1.3 Breve histórico sobre a construção do Estado da Guiné-Bissau

O conceito de nação suas formas de construção são de sui generis, e dependendo assim da sua inserção social e cultural das pessoas numa determinada realidade culturalmente construída. Para além disso, no ponto de vista político deste período do séc. XVIII e no entanto, apresenta uma liame de mudanças ocorridas no cenário social e político mundial relacionado a condição de vida na qual era entendida como algo necessário para potencializar a soberania (CANDE, 2013, p.29).

O continente Africano, era organizado por um sistema local, que permitia, neste caso, a certa autonomia de suas expressões culturais. Então, a chegada dos europeus, no século XIII, impactou a forma de convivência dos africanos em vários aspetos, entre os quais a divisão social em " assimilados” e não “assimilados", que realmente refletiu de forma negativa na relação dos povos africanos (SOARES, 2016).

Os estudos africanos realizados apresentam certa inconsistência dos fatos que apontam os obstáculos difusos na distinção entre o social, o religioso e o doméstico na África. E antes da chegada dos europeus no continente africano, havia um sistema político da administração comunitária local. Inclusive os colonizadores reconheceram, nesse sentido, o nível da organização política e social dos africanos e aproveitaram também várias experiências desses (DJALÓ, 2012 apud SOARES, 2016).

Soares (2016), afirma que foi a colônia quem levou a arma de fogo ao continente africano. Pois, objetivando e estimulando o conflito interno, o qual dava, desse modo, o suporte, utilizando recursos, sobretudo materiais e propriamente figuras humanas, dos colonizados e dos neocolonizados e dos neocoloniais. Então, esses últimos tornaram-se armas e braços do sistema dominante europeu sobre as culturas africanas.

A concepção da nação idealizada por Amílcar Cabral, foi decisório na engenharia social do povo Bissau-guineense, pretendendo assim unificar os interesses étnicos em interesses coletivos, gravitando, dessa forma, a nova identidade unificada, que transmite aos sujeitos o significado homogêneo de representação dos seus interesses através de discurso de formação da nação (CANDE, 2013, p. 33).

No mesmo raciocínio Cande (2013), demonstra que a construção da nação em Amílcar Cabral estava assentada na questão da libertação, do nascimento do "homem novo", de uma nova cultura nacional, uma consciência de pertencer a uma comunidade ligada a um território, para a sua afirmação na luta de libertação. Assim sendo, Bruno e Silva ressaltam que;

> A resistência do povo guineense, frente à violência neocolonial/neoliberal, tem se dado, por meio da preservação de seus valores ancestrais e culturais. Assim sendo, um dos principais desafios relacionados à construção da recém-democracia conquistada nos anos 1990, após uma década e meia de regime ditatorial, diz respeito à organização da sociedade civil pela participação popular que levasse em conta a diversidade intercultural lingüística, étnica, religiosa, territorial, socioambiental, entre outras, presente no país (BRUNO e SILVA, 2022)

Ainda, Cande (2013) enfatiza que, de modo geral, a concepção de nação está na forma como é pensada e imaginada. E muitas nações africanas, foram pensadas de maneira diferente de algumas nações ocidentais, por motivo do contexto histórico em que emergiram. No caso da Guiné-Bissau, como em outras colônias portuguesas, a nação foi forjada na luta de libertação. "Capitaneados pelo PAIGC, os diferentes povos da Guiné-Bissau conquistaram a independência do país do sistema colonial português, com derramamento de sangue e suor" (SOARES, 2016).

Soares (2016) realça que, inicialmente, os portugueses construíram uma das primeiras instalações na região do Cacheu, na aldeia dos manjacos. Então, em 1588, no interior das regiões

Cacheu e Bissau, foi centro de grandes comercializações dos mercadores portugueses e de outros países europeus. Assinalavam a engenhosa estratégia na distribuição das estruturas sociopolíticas existentes.

Já Bijagó (2011, p. 28) argumenta que os colonizadores criaram a primeira cidade na região norte do país em 1588, com feitorias fortificadas à margem do rio Cacheu, é o primeiro nome da cidade erguida por eles. Em 1603 alguns dos missionários capuchinhos começaram a converter os nativos ao cristianismo, na cidade de Bissau. Portanto, em 1607 o régulo da Guinália deu aos portugueses a ilha de Bolama para se estabelecerem como forma de uma resposta mais eficiente aos ataques dos Bijagós.

No ano 1953 a administração portuguesa promoveu um massacre no porto de Bissau contra os trabalhadores, no qual estava a reivindicar melhores condições de trabalho. No entanto, isso resultou na emergência do movimento nacionalista, chefiado pelo (PAIGC), e fundado pelo guineense de origem cabo-verdiana Amílcar Cabral. Por outro lado, o partido contou com apoio, a partir do ano 1986, da República da Guiné-Conacri e dos demais países comunistas, entre os quais a Rússia, Cuba e Checoslováquia, tanto na formação de quadros quanto no fornecimento de material bélico para a guerrilha (TEIXEIRA, 2008, p. 17).

Ainda Teixeira (2008, p.19) afirma que em junho de 1961, o partido pela independência da Guiné e Cabo-verde (PAIGC) realizou uma conferência de organizações Nacionalistas da Guiné e Cabo-verde, em Dacar, junto com os membros e militantes do partido, a fim de debater as contratações internas de caráter político, militar, econômico e social do partido, pensar como delinear as estratégias e táticas da luta armada. Então, nessa conferência foram deliberadas medidas necessárias para minimizar os conflitos e disputas internas de poder, que facilitaram a recomposição interna do PAIGC.

Desse modo, Bijagós (2011) argumenta que com a criação do PAIGC, começou logo o trabalho da mobilização das massas para ideias do nacionalismo. Então, na altura, Cabral articulou duas categorias diferentes no processo de mobilização para independência, integrando os interesses da população urbana e rural. Desse modo, para sustentar a mobilização na altura, foi criado em Conacry, em 1960, uma escola cujo o objetivo era formar os quadros capazes de contribuir para a formação clandestina no interior do país. Depois essa escola acabou de transformar uma escola permanente, ficando como instrumento mais eficaz para a preparação da luta.

Depois da independência do país, em 1974, o primeiro governo do primeiro ministro Francisco Mendes, ex-ministro do conselho da Guerra e do presidente Luís Cabral, herdou a

Guiné-Bissau devastado assim pela política do colonizador e pela Guerra civil de libertação. Por outro lado, o Partido para Independência de Guiné e Cabo-verde (PAIGC) passou a controlar toda a vida social política e econômica do país posto no artigo 4 da constituição da república de 1973 que definia o PAIGC como a única força política e o dirigente máximo da sociedade e do Estado (TEIXEIRA, 2008).

De acordo com Mendes (2017), em outubro de 1974, o Partido de libertação nacional, ou seja, (PAIGC) responsabiliza-se da administração total do território nacional, apesar de ter proclamado a independência unilateralmente, sem presença do colonizador português um ano antes, porém, só foi reconhecido em 10 de setembro 1974. Na altura grandes quadros da Administração Pública tiveram que fugir do país, por sentirem medo das represálias e os que restaram pouco deles foram reintegrados. Para isso, Sucuma explica;

> [...] após a morte de Cabral, o partido entrou em série de erros e contradições políticas, que gerou hostilidade e um comportamento político autoritário entre as lideranças do partido, que provocou a morte de vários combatentes. Muitos quadros guineenses que trabalhavam no aparelho de administração portuguesa colonial e conseguiram adquirir vasta experiência profissional em diferentes áreas, tais como docência, administração pública e outros foram exonerados de suas funções, colocando os combatentes que vieram da luta, que não tinham experiência de trabalhar e gerir administração pública, quando que a maioria dos combatentes poderiam ser úteis em outras funções (SUCUMA, 2017).

De acordo com o autor, percebe-se que, após da morte de Cabral, o país tem sido alinhado com vários problemas e contradições políticas entre os políticos. Com isso acabou provocando a morte de vários combatentes, e muitos combatentes que estava ao lado dos colonos, que trabalhavam sob a administração portuguesa colonial, que haviam ganhado muitas experiências em diversas áreas, no caso da docência e Administração Pública, esses foram afastados e dando oportunidade aos combatentes que tinham saído da luta.

Para tal, Soares (2016, p. 41) explica que, na Guiné-Bissau, a ideologia da unidade entre Guiné e Cabo-verde estava pautada sobre uma política neutralizadora de conflitos entres esses dois povos e deve-se à experiência do Líder Amílcar Cabral. Por outro lado, a morte de Amílcar Cabral foi a primeira derrota que o PAIGC, consequentemente, o Estado Novo da Guiné-Bissau, pode ter sofrido.

A prova disso são fatores políticos que normalmente produziram o primeiro golpe de estado, em 1980, pondo assim ponto final a relação de décadas de história da unidade da Guiné-Bissau e Cabo-verde. No entanto, a partir já, o país continua perdido no ideal de homem guineense, as terríveis violências de golpes de Estado, desde finais do século XX até a primeira

década do XXI. Então, deve-se às consequências da política colonial na África/Guiné-Bissau (SOARES, 2016).

Já para Gomes (2011), em 1980, perante uma crise econômica e política, foi alterada a ordem constitucional , através do golpe de estado militar liderado por denominado "Movimento Reajustador"14 de novembro em que derrubaram o primeiro presidente da República, Luís de Almeida Cabral, e colocou o fim a unidade Guiné e Cabo-Verde, o projeto que foi estabelecido durante a luta armada de libertação nacional pelo Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo-Verde (PAIGC) chefiado por Amílcar Lopes Cabral; e que permitiu após a independência, os dois países serem dirigidos por um único partido libertador.

A Guiné-Bissau, depois da consolidação da independência, adotou modelo de sistema administrativo colonial. Nesse sentido, Sucuma argumenta que;

> Em termos políticos, o Estado da Guiné-Bissau adotou o sistema político Semipresidencialismo. Neste sistema vigente, o Presidente da República e o Primeiro Ministro são eleitos pelo sufrágio universal e possuem poderes efetivos, ou seja, poder próprio, apesar de ambos serem eleitos, o Presidente tem mais poderes e pode demitir o Primeiro Ministro e dissolver o parlamento em caso de grave crise política. Os poderes estão divididos em três partes: poder judiciário; Legislativo e Executivo que está investido no Presidente da República e Governo que depende da confiança do parlamento – chefiado por um primeiro Ministro, o poder legislativo está investido na Assembleia Nacional Popular e o judiciário está a cargo dos Tribunais, em suas diferentes instâncias, e Ministério Público. Vale salientar que é um sistema mais recente em relação aos sistemas Parlamentarista e Presidencialista. (SUCUMA, 2017)

Então, podemos perceber que "[...] o sistema político adotado pelo país logo após a independência foi o semipresidencialismo, no qual é eleito um presidente da República que figura como chefe de estado e um primeiro ministro que é chefe do governo" (SILVA, 2017).

Na perspectiva de Gomes (2011);

> Nos primeiros anos após a descolonização, a Guiné-Bissau, à semelhança de outros Estados Africanos, consolidou sua independência política, como condição necessária para implementação de uma nova Administração de Estado, adaptada as reais necessidades das populações. Mas, porém, esse período de tempo verificou-se insuficiente, porque não se conseguiu estabelecer as bases para a construção e consolidação da Administração do Estado pós-colonial (GOMES,2011).

No entanto, nota -se que anos após a independência a Guiné-Bissau tendo a mesma semelhança com outros países africanos, consolidou a sua liberdade política, que tem como condição a implementação duma nova administração estatal, que visa atender as necessidades dos cidadãos, mas que não teve grandes impactos, houve verificação de insuficiência, não tendo conseguido pôr as bases a fim de construir e consolidar Administração do Estado pós-colonial.

Cande (2013), argumenta que, em 1959, teve como renascimento de Amílcar Cabral na vida política da Guiné-Bissau e mais tarde lhe concedeu o cargo de representante político dos interesses dos “filhos” da Guiné-Bissau e de Cabo Verde perante à descolonização.

Então, por seu turno, em 1994 se constituiu o término do regime do partido único, dando início o novo período no Estado Bissau-guineense, sobretudo, no âmbito das mudanças discursivas no tocante às novas alegorias fundantes do Estado nacional Bissau-guineense. Ou seja, é o ano que marcou o ressurgimento da nação Bissau-guineense, com a adesão à democracia liberal revestida de novos discursos que se direcionam para uma política étnica no Estado Bissau-guineense (CANDE, 2013).

Já Gomes (2011, p. 13) demonstra que: “[...] a democracia guineense, caracteriza-se por uma permanente intervenção militar na vida política, fragilidade das instituições públicas e uma incapacidade do poder político para mudar a situação”.

Assembleia Nacional Popular (ANP) da Guiné-Bissau, fundada nas matas do Boé e que proclamara assim a independência do país e a constituição do novo Estado, a República da Guiné-Bissau, a 24 de setembro de 1973. A (ANP) é constituída por uma única câmara com 102 lugares ocupados pelos deputados da nação eleitos nas eleições legislativas (PEREIRA, 2021).

“CNE - Comissão Nacional de Eleições. Entidade sob a tutela da Assembleia Nacional Popular, encarregue da organização e realização das eleições presidenciais, legislativas e autárquicas na Guiné-Bissau” (PEREIRA, 2021).

“BIGB- Banco Internacional da Guiné-Bissau. O BIGB foi o primeiro banco comercial na Guiné-Bissau, constituído por capitais luso-guineenses, com a parte portuguesa maioritária, detida pelo Crédito Predial Português (CPP)” (PEREIRA, 2021).

Ainda Pereira (2021) esclarece que, o acordo BNG - Banco Nacional da Guiné-Bissau. foi assinado a 21 de junho de 1976 entre o Governo de Portugal que foi representado por Victor Manuel Trigueiros Crespo e o governo da Guiné-Bissau representado, nesse caso, por Vasco Cabral, permitindo assim a transferência dos ativos e passivos do Departamento do Banco Nacional Ultramarino no país e assim a formação do Banco Nacional da Guiné-Bissau, que iria escolher o Peso como moeda, em substituição do Escudo.

1.4 Administração pública na Guiné-Bissau: nepotismo como obstáculo para sua organização

O cenário de nepotismo é um dos obstáculos que têm enfraquecido a Administração Pública guineense. Geralmente as nomeações acontecem com base na afiliação partidária ou pelo grau de parentesco, motivos de fuga de alguns quadros para o exterior.

O conceito da Administração Pública compreende dupla consideração no qual destacamos seguintes: um sentido orgânico (subjetivo) e sentido material (objetivo), então, administração pública no que se refere em sentido orgânico é o sistema de órgão, serviços e funcionários do Estado, assim como das demais pessoas coletivas públicas, que asseguram em nome da coletividade a satisfação das necessidades coletivas de segurança, cultura e bem-estar. Ainda prossegue, em sentido material podemos entender o conceito da administração como a atividade típica dos serviços públicos e funcionários públicos, voltados aos interesses gerais da coletividade[...] (AMARAL, 2006 apud MENDES, 2017).

Nesse sentido Guerra (2018), esclarece que, os atos de corrupção na Administração Pública acontecem por inobservância dos princípios constitucionais estabelecidos que regulam as atividades administrativas. Assim sendo, os funcionários públicos efetuam práticas fraudulentas para auferirem recursos, que deveriam normalmente, destinados para o bem da coletividade.

Abrucio e Loureiro (2018, p.26) argumentam que, para Weber a forma ideal burocrática deveria ser composta por um corpo funcional e estável de cargos públicos, colocando assim os funcionários escolhidos por mérito e técnicos especializados. Assim, sendo organizados por estrutura profissional eterna, esse tipo de modelo administrativo responde ao público obedecendo normas que regem administração.

Já para Carvalho (2017), o Estatuto da administração pública, visa promover a igualdade e condições e oportunidades para todos conforme o artigo 22º alínea b), existe series normas que visam um sistema que procura dar relevo ao profissionalismo, não para um grupo de pessoas privilegiadas, e dá ênfase à meritocracia e não por favoritismos, é umas das temáticas que merecem uma dignidade constitucional.

Com a ideia do autor, entende-se que Administração Pública, estabelece o princípio de igualdade, e garante oportunidades para todos candidatos que pretendem ingressar na Função Pública, sem distinção, realizando as coisas em pé da igualdade, sem discriminação ou preconceito por nenhuma circunstância que se encontra o candidato com base na lei que rege tal instituição.

É considerado como premissa das repúblicas democráticas a igualdade entre os cidadãos, em que o favorecimento a um ou outro, isso seria um ato inaceitável, todos devem ser iguais perante a lei. A igualdade está associada com a noção de república e o postulado republicano afasta os privilégios e assegure, dessa forma, nenhuma discriminação (OLIVEIRA, 2017 apud MOREIRA, 2021).

Baseando nisso, Avritzer e Filgueiras (2011) ressaltam que o controle democrático da corrupção, foi lançado a esses elementos no qual deve estar balizado numa concepção tridimensional e integrada, segundo o ideal político de interesse público. Então, se o problema do controle da corrupção é juntar um ideal político de interesse público, aconselhamos que uma tipologia assentada em alguns tipos, tais como: 1) controle administrativo-burocrático; 2) controle judicial; 3) controle público não estatal.

Essa ideia do controle público não estatal sobre o conceito de corrupção, fundamenta se de forma mais ampla a legitimidade democrática, em que os processos participativos sejam importantes na construção da ideia de público. Então, o interesse público, dessa forma, carrega uma força normativa derivada dos processos de deliberação pública nas ordens democráticas (AVRITZER; FILGUEIRAS, 2011).

Para Dju (2016, p.19) explica que, para que haja uma função pública de qualidade é necessária realização de Concursos Públicos no setor público, para que todos funcionários ou seja os servidores públicos passassem por Concurso Público, podendo selecionar os agentes públicos mais competentes e estes irão ter mais facilidade de atingir as metas e os objetivos determinados pela Administração Central. Facilitando assim o governo ter mais produtividade e diminuindo a inoperância administrativa, aumentando a eficiência e eficácia. Nas outras palavras de Dju (2016);

> Na Guiné-Bissau dificilmente se faz concursos públicos como forma de ingresso nas instituições públicas daquele país. Apesar de existir legislação que trata de Concurso Público, esta ainda não é analisada de forma aprofundada. São violados princípios da Administração Pública, o que caracteriza crime administrativo e para o qual deveria haver responsabilização administrativa, civil e penal. Na Constituição, fala-se do Estatuto dos Funcionários que normaliza a Administração Pública da Guiné-Bissau e como são selecionados os funcionários públicos para ingressarem nas instituições públicas, no entanto tudo isso não é posto em prática (DJU, 2016, p.13).

Na administração pública guineense, a lei estabelecida que regula o concurso público não funciona, isso no sentido de que não é respeitada pelos políticos. Também se deve às mudanças governamentais que o país tem atravessado ultimamente, cada governo que chega

realiza mudanças em todos setores públicos com exoneração dos anteriores e nomeação de novos governantes. Por mais que,

> [...] a promulgação da lei EPAP (Estatuto do Pessoal da Administração Pública), que determina a obrigação de entrada no serviço público através de uma competição nacional, Concurso Público, porém desde independência do país, esta disposição legal nunca foi aplicada como forma de ingresso na Administração Pública. É por isso que a maioria das pessoas integra a Função Pública por meio de nepotismo, sem passar por concursos transparentes e regulados. Esses são grandes problemas da Guiné-Bissau que bloqueiam o país e inviabilizam o desenvolvimento. Até o começo do ano 2000, o número de servidores públicos na Administração Pública foi mais do que o dobro (DJU, 2019, p. 94)

O foco principal da abertura de concurso público, é para garantir oportunidades de emprego nas organizações pode ser público ou privado. Para que os participantes sejam avaliados pelo departamento de gestão de pessoas, o concurso ajuda evitar a prática do nepotismo e clientelismo para acesso aos cargos públicos e proporcionando assim os políticos eleitos a obedecerem aos princípios da igualdade e da isonomia (DJÚ, 2016 apud DJU, 2019, p,117).

Dju (2016) volta a argumentar que, a corrupção, nepotismo e patrimonialismo é um dos fatores que têm se transformado como praga para o Estado guineense, os desvios dos fundos públicos de governos do país, não é uma novidade, onde as secretarias e as instituições públicas, são tratadas como propriedades privadas. O chefe ou responsável, pode, nesse caso, apropriar dos bens públicos, nomeação de famílias, parentes e depois nem pensa em vir responder pelos seus atos cometidos, as coisas públicas são geridas e usadas como privadas.

Como refere Dju (2019), há obstáculos crônicos na Administração Pública, debandadas a ausência de controle, falta de comprometimento falsidade ideológica, entrada ilegal na Função Pública, clientelismo, nepotismo, crise prolongada etc. Também a ausência de políticas públicas eficientes para estabilidade do país e a boa convivência entre os dirigentes.

A corrupção refere-se a forma como um servidor público age de modo diferente daquilo que é padrão normal do sistema, beneficiando assim interesses particulares em detrimento dos interesses públicos ou coletivos. Portanto, um corrupto é considerado o comportamento ilegítimo de quem exerce um papel na estrutura do Estado. A corrupção significa a combinação, ou seja, correspondência entre quem corrompe e o indivíduo que deixa ser corrompido (BOBBIO 1998, apud MOREIRA, 2021). Por outro lado:

> A corrupção, em essência, está relacionada à ideia de transgredir a ordem jurídica imposta pelo ordenamento legal vigente, em que o interesse público – e não o privado/individual – se constitui como princípio pelo qual devem se pautar todas as diretrizes e atividades da Administração Pública. É a obtenção de vantagem ilícita em decorrência de um ato próprio do ofício do agente, ou seja, um ato praticado de forma

> deliberada, em que ocorre a preterição do interesse público em prol do interesse privado (CIEKALSKI, 2019)

A corrupção se dá e auxilia, na medida em que os próprios políticos assumem a governança e defendem seus interesses como troca de favores. Como próprio Bobbio, define na sua primeira passagem a "política" nesse sentido, o bem público deixa de ser tratado como preocupação, para se tornar meio de defender interesses particulares, então o público e o privado figurando como fator de corromper o sistema democrático representativa contemporânea (SILVA; REIS, 2016, p.269).

Principalmente quando se fala dos políticos guineenses, que tratam a Função Pública como se fosse coisa privada, fomentando a corrupção e nepotismo em todos setores das organizações públicas do país usam as ideologias partidárias, para corromper a juventude, no período das eleições; prometem os jovens que vão criar empregos; e funções para os seus apoiantes, porém, "no fundo" defendem seus interesses. Segundo Gomes (2011, p. 9) afirma que a corrupção generalizada na administração pública, se manifesta, por meio de nepotismo, clientelismo e desvio do dinheiro público. Os cargos administrativos são usados por intermédio de cunho partidária. Isso tem constituído grandes dificuldades a modernização da administração [...]. "Verifica-se a prática de corrupção, nepotismo, clientelismo, patrimonialismo ao mais alto nível na máquina e aparelho de Estado da Guiné-Bissau" (DJU, 2016, p. 153).

Para Rodrigues (2012) conceitua nepotismo desta forma, quando a própria autoridade competente nomeia parentes seus como cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o filho de terceiro grau neto, bisneto, irmão, tio, sobrinho, sogro, genro, nora, cunhado. No entanto, isso acontece mais pela proximidade do grau de parentesco.

Desse modo, Modesto (2012), explica que o nepotismo é a conduta de nomear para cargos públicos em comissão, ou seja, funções de confiança de livre provimento e livre exoneração ou exoneração condicionada, nesse caso, parentes, cônjuges ou companheiros de agentes públicos e enaltecendo critérios de promoção familiar e de afinidade em detrimento de a critérios de mérito e capacidade funcional ao acesso a cargos públicos.

A defesa do patrimônio público em oposição às condutas dos funcionários públicos, tal como terceiros alheios à Administração Pública, foi sempre objeto de estudo e de normativas de legisladores, mesmo mostrava na história da Antiga Grécia, os atos de corrupção eram penalizados com flagelação e morte. Nesse sentido, na Idade Média, cabia ao soberano punir todos os agentes públicos que eventualmente praticassem a corrupção, visto que inexistia legislação regulamentando o ato (GADELHA, 2003 apud CIEKALSKI, 2019, p.27). "Os maus

políticos, isto é, aqueles que não agem eticamente, pelo contrário, agem em benefício próprio, privado, são muitas vezes eleitos devido à noção popular ineficaz de quais características um indivíduo deve ter para ser um bom político" (SILVA; REIS, 2016, p.266).

1.5 A Clientelismo em ocupação dos cargos públicos como possível fator para fragilização das instituições públicas na Guiné-Bissau

A Guiné-Bissau é uma nação que geralmente depende de ajudas externas para liquidar as suas necessidades. O país necessita desse apoio para resolver diversos obstáculos de índole orçamentária, financeira e administrativa, os principais fatores de retrocesso econômico e subdesenvolvimento, deve-se a instabilidade política e institucional que o país tem vivido constante e com ausência de infraestruturas económicas e financeiras e a má qualidade de serviços públicos e da assistência social, quase, em todos os aspetos (NANCASSA, 2022, p.64).

Essa dependência do país face a ajuda externa teve impactos diretas a sujeição às imposições de Banco mundial (BM) e fundo monetário internacional (FMI), recaindo em medidas de redução de taxas de uso dos serviços públicos, no caso da supressão de subsídios, redimensionamento da administração pública, congelamentos salariais, entre outros (ALBUQUERQUE, 2019, p. 22).

Para Insigué (2023, p.01), o serviço público na Guiné-Bissau, não se pode deixar de lado a questão de clientelismo, as relações de trocas, convivência de grupo que ele denomina de mandjuandade, associação de pessoas que compartilham os desejos comuns, ainda ele enfatiza que quando outro não faz parte dessa realidade, mas de qualquer forma essa pessoa pode receber um tratamento muito diferente com relação às pessoas no qual compartilham as mesmas ideologias. Isso tem a ver com má disponibilidade.

De acordo com Dju (2016), o que se vê na Guiné-Bissau é o favoritismo, clientelismo, e nepotismo, esses são um dos fatores de enfraquecimento das instituições públicas do país. Os dirigentes omitiram e omitem todos esses obstáculos devido a fragilidade da justiça e falta de responsabilização civil e administrativa para poderem enriquecer-se ilicitamente.

Para Dju (2019), argumenta que, o patrimonialismo, nepotismo generalizada nas organizações públicas da Guiné-Bissau. Porém, a "democracia participativa" neste caso, a participação na elaboração e na execução do orçamento público seria uma das soluções para conter essa prática que vem enfraquecendo Administração Pública do país.

Ao longo da história marcada pela administração pública passou por uma evolução constituída de três formas, realmente sucedeu e coexistiu entre os quais se destacam: a Administração Pública patrimonialista, a burocrática e a gerência. Ao mencionar as principais características que cada uma desses modelos administrativos possui, destacando o nepotismo e a corrupção como modelos típicos de Administração Pública patrimonialista, por seu turno, são identificadas por permeabilidade entre o patrimônio público e o privado, no entanto considera o aparelho do Estado alcance do poder soberano (OLIVEIRA, 2017 apud MOREIRA, 2021).

Já para Dju (2016, p. 11) enfatiza que, os governantes guineenses alguns maioritariamente são analfabetos, muitas das vezes criam dificuldades para os quadros qualificados, quer dizer "competentes" referindo os novos estudantes formados a ingressar na Função Pública, mas esses velhos combatentes da luta armada, só porque eles participaram na guerra da libertação nacional se sentem legítimos para orientar o país sob seus comandos. No entanto, solicitando a experiência de 10 a 20 anos, escondendo a verdade para comunidade internacional e ONGS, fingindo organizar concursos públicos para certas entidades.

No mesmo raciocínio, Dju (2016), afirma que, os próprios governantes são os que influenciam e impedem a verdadeira concorrência a fim de ocuparem os cargos. Neste sentido, ele argumenta que na Guiné-Bissau, realiza-se a indicação e nomeação dos funcionários, com existência de nepotismo e patrimonialismo que realmente gera corrupção generalizada.

Os dirigentes guineenses, na sua maioria analfabeta, sentem receio de implementar o Concurso Público como um processo obrigatório para ingressar nos serviços públicos, além disso não reúnem as mínimas condições necessárias para se concorrer ou seja nem passariam nos concursos e consequentemente perderão os privilégios e a legitimidade de governar (DJU, 2016).

No entanto, Insigué (2023) explica que, o mau funcionamento do serviço público, principalmente na Guiné-Bissau, deve-se ao forte grau de parentesco, os indivíduos não se importam com os princípios administrativos, só se preocupam com os seus interesses particulares e suas condições económicas.

Para Dju (2016, p. 72), entende que é necessária e urgente a implementação de Concurso Público na Administração Pública, a fim de tornar as instituições ainda mais fortes e produtivas. Neste caso, fazendo com que haja economicidade, eficiência, eficácia e efetividade, para combater o patrimonialismo, nepotismo, clientelismo e a corrupção que hoje em dia são crimes comuns e que estão se tornando uma cultura no aparelho do Estado.

Segundo Weber (1984 apud PRIM et al., 2022, p.3), a palavra patrimonialismo, possui origem nos trabalhos de Max Weber, passando a ser utilizado para caracterizar as formas específicas de dominação, em que a Administração Pública é exercida como patrimônio pessoal do chefe político. Então, neste tipo de modelo não existe separação entre os bens públicos e privados. De maneira que o gestor dos bens públicos gerência como se fossem de sua propriedade particular, para beneficiar interesses privados dele, entre eles podemos mencionar a má gestão, o clientelismo, as manipulações e a corrupção.

O patrimonialismo e o clientelismo exercem um grande desserviço à solidariedade social e à noção de comunidade cívica. Então, se a ação pública é seletiva, antes de exigir sensibilidade, eficiência e probidade do Estado, é preciso torná-la visível. Considerando isso, é necessário preocupar-se com moedas de troca e meios de persuasão, no entanto não faz sentido, em esferas clientelistas, a esperar pelo reconhecimento e pela promoção do interesse público (OLIVEIRA; OLIVEIRA; SANTOS, 2011).

Na Guiné-Bissau, os indivíduos que prestam serviços públicos são chamados de funcionários públicos, mas entre os funcionários todos são de livre nomeação e livre exoneração, a maioria deles são colocados pelos partidos políticos[...] os cargos são distribuídos de acordo com o relacionamento pessoal de amiguismo, de parentesco, ou seja, de forma clientelista (INSIGUÉ, 2023).

A burocracia pública nacional, é relacionada idealmente nos princípios como a meritocracia, universalismo de procedimentos, a prioridade e o interesse coletivos, é alvo do assédio clientelista. Então, historicamente as redes personalistas, que estende até os municípios as cúpulas partidárias que procuram converter apoio político em privilégios oriundos do aparelho de Estado e é verificável o perfil simbiótico da relação entre patrimonialismo, personalismo e clientelismo (OLIVEIRA; OLIVEIRA; SANTOS, 2011).

Desse modo, Dju (2016) explica que a burocracia weberiana além permitir a dominação dos que estão no cume da pirâmide hierárquica-organizacional, ou seja, social, pelos seus funcionários, emerge e para combater o patrimonialismo, nepotismo e clientelismo nas instituições públicas. Para além disso, ela nos permite para que haja o controle nas organizações como a maneira de diminuir atos ilícitos no que diz respeito à gestão da coisa pública por meio das leis que reagem o funcionamento das instituições.

Nas outras palavras, Dju (2016) voltar afirma que a burocracia emerge nas organizações para combater a corrupção, impedindo assim o gestor pôr, ou seja, nomear os seus familiares nos cargos públicos, para não permitir que esse último faça o que quiser na instituição como

forma de combater o patrimonialismo dos tempos dos reis nas organizações. No entanto, os reis faziam do que é público seus patrimônios, os Estados e todas as suas riquezas pertencia a eles e não respondiam pelos seus atos perante a justiça e eram irresponsáveis.

7 METODOLOGIA

Para fundamentar o nosso trabalho, metodologicamente decidimos fazer a nossa pesquisa de caráter qualitativa. Pois entendemos que é a forma mais eficaz para realização da nossa pesquisa. Desse modo, o presente estudo pretende investigar o nepotismo na Administração Pública Guineense: caso de recrutamento e seleção para serviço público de 1974 a 202, em suas várias dimensões através de levantamento e análises de dados. Também pretendemos usar algumas técnicas para coleta de dados no qual destacamos: Pesquisa de campo, observação, entrevistas formais e entrevistas semiestruturadas.

Desde a história mais remota do homem primitivo, sabe-se da ânsia de conhecimento, a procura de sabedoria, isso fez com que o homem começasse a pensar com base nas suas observações desenvolvendo assim os seus conhecimentos desde as conceções astrológicas evoluindo até os registros em papiros para tornar o conhecimento ainda mais explícito (DALFOVO; LANA; SILVEIRA, 2008).

Assim, para Turato (2005) o interesse do pesquisador volta-se para a procura do significado das coisas, porque este tem um papel organizador nos seres humanos. O que as "coisas" fenômenos, manifestações, ocorrências, fatos, eventos, vivências, ideias, sentimentos, assuntos representam, dá molde à vida das pessoas."o método tem maior força no rigor da validade dos dados coletados, já que a observação dos sujeitos, por ser acurada, e sua escuta em entrevista, por ser em profundidade, tendem a levar o pesquisador bem próximo da essência da questão em estudo" (TURATO, 2005).

Os estudos qualitativos se caracterizam dessa forma, como aqueles que procuram compreender um fenômeno em seu ambiente natural, onde estes, por sua vez, ocorrem a qual fazem parte. Dessa forma, o investigador é o instrumento principal para captar as informações, interessando-se mais pelo processo do que pelo produto. As informações ou dados coletados podem ser obtidos e analisados de várias maneiras dependendo do objetivo que se deseja atingir (KRIPKA; SCHELLER; BONOTTO, 2015).

Portanto, Zanella (2011, p. 105) diz que: "[...] na pesquisa qualitativa, o processo de coleta de dados dá-se simultaneamente com a sua análise [...]os dados são coletados e, em outro,

são analisados. Na qualitativa não existem dois momentos distintos, o processo é interativo, integrado".

Já para Guerra (2014), a pesquisa qualitativa pressupõe que o pesquisador fará uma abordagem empírica de seu objeto. Sendo assim, parte de um marco teórico-metodológico preestabelecido, posteriormente preparar seus instrumentos de coleta de dados, se foram bem elaborados e bem aplicados fornecerão uma riqueza ímpar ao pesquisador. De posse desses dados, resta analisá-los a partir de suas categorias analíticas, e assim proceder a uma discussão dos resultados de sua pesquisa.

Nessa perspectiva, a nossa pesquisa será realizada na Guiné-Bissau, com objetivo de entender o nepotismo que tem fragilizado a Administração pública guineense enquanto obstáculos para sua organização. No entanto, os procedimentos que serão utilizados para coletas de dados, nos ajudarão a compreender este fenômeno que se manifesta em diversos modos. Nesse âmbito será destacado a observação, a entrevista, análise documental e abordagem bibliográfica, são métodos que serão adotados para facilitar a coleta de dados. Segundo Ana e Lemos "a observação é um instrumento de coleta de dados que necessita, primeiramente, ser controlada e sistemática para que se torne um mecanismo válido de investigação científica" (ANA; LEMOS, 2018).

Esta pesquisa é bibliográfica e para Gil (2008) "[...] a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa".

Percebe-se que com a pesquisa bibliográfica, será necessário fazer levantamento bibliográfico, através de análises de fontes secundárias, através desse método nos permitirá desenvolver a nossa temática em diversas formas, no entanto, as fontes que serão consultadas são: Livros, artigos, documentos monográficos, jornais, revistas, entre outras.

De acordo com Guerra (2014), realça que, na técnica de entrevista, a observação exige um contato face a face do pesquisador com o seu objeto de estudo. Da mesma maneira que ocorre com as entrevistas, no caso da observação, não será o número de observações realizadas que realmente define a credibilidade dos dados de uma pesquisa, mas sim a profundidade e a amplitude atingidas ao longo do processo de coleta de dados do pesquisador.

Nessa ótica Gil (2008) enfatiza que a entrevista pode ser entendida como a técnica em que o pesquisador se apresenta frente ao pesquisado e lhe formula perguntas, com finalidade de

obtenção dos dados que interessam à investigação. A entrevista é tida como uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes procura coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação.

Ainda Gil (2008), argumenta que a entrevista é a mais flexível e segura de todas as técnicas que existem de coleta de dados que possuem as ciências sociais, no entanto, podem ser estabelecidas em diversos tipos de entrevista, em função de seu nível de estruturação. As entrevistas mais estruturadas são aquelas entrevistas, que pré-determinam em maior grau as respostas a serem conseguidas, enquanto que as menos estruturadas são desenvolvidas de maneira mais espontânea, sem que estejam relacionadas a um modelo preestabelecido de interrogação.

Desse modo, durante o percurso da nossa pesquisa, será utilizada a entrevista semiestruturada e formal, com base na nossa linha de investigação. Segundo Manzini (2004) argumenta que a entrevista semiestruturada é uma das formas para coletar dados, e que está inserido num espectro conceitual maior que é a interação propriamente dita que é feita no ato da coleta. No entanto, a entrevista pode ser concebida como um mecanismo de interação social, verbal e não verbal, que ocorre face a face, entre um pesquisador, que tem finalidade antes bem determinada, e um entrevistado que, supostamente, dispõe da informação que possibilita estudar o fenômeno em pauta e cuja mediação ocorre, sobretudo, por meio da linguagem. Em outras palavras "essa definição encampa diferentes tipos de entrevista, como a semiestruturada, estruturada ou não estruturada [...]. Nessas formas de coleta de informações não teríamos uma interação face a face, mas outras condições estariam presentes como, perguntas, respostas, interpretações" (MANZINI, 2004).

Nesse sentido, pretendemos realizar a nossa entrevista com a entidade reguladora do concurso público, "Autoridade de Regulação de Concursos públicos (ARCP-GB)" e depois entrevistar os altos funcionários do Estado e os dois grandes partidos nos quais destacam: Partido Africano para Independência de Guiné e Cabo-verde (PAIGC) fundado por Amílcar Lopes Cabral e seus companheiros, e Partido da Renovação social (PRS), fundado por Dr. Kumba Yala e seus companheiros também.

Ainda vamos realizar a entrevista com a Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), Sociedade civil, e algumas instituições públicas do país, sobretudo Ministério da Administração Pública, Trabalho, Emprego e Segurança Social e Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

No decorrer da nossa entrevista, pretendemos levantar alguns questionamentos tais como: quais são os impactos da prática do nepotismo para administração pública guineense? O problema do desenvolvimento de Guiné-Bissau é a falta de objetividade e eficiência do serviço público por conta das indicações políticas? Será que o Estado guineense tomou providências para combater o nepotismo e a corrupção na função pública? Então, se o Estado guineense separa patrimônio público e privado, porque existe patrimonialismo na função pública, na sua opinião? Pergunta-se seguinte: Os responsáveis dessa prática são submetidos à justiça conforme a lei estabelecida? Como é feita a escolha dos funcionários públicos? A pessoa que ocupará o cargo público deverá ser do partido, do amiguismo ou deverá passar por concurso público?

A realização da nossa entrevista em Guiné-Bissau, será de forma presencial, no caso de impossibilidade de viajar para o país, por falta de meios financeiros, serão adotados outros métodos para fazer entrevista, através de plataformas digitais etc. Para melhor reter informações credíveis e a fim de apurar o nepotismo que tem assolado o país e que tem dificultado a sua organização de forma geral e de possível fragilização das organizações públicas do país em todos setores.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Cátia Susana Nunes de Sá Guerreiro. **Analisando respostas em saúde num Estado Frágil: o caso da Guiné-Bissau**. Tese de Doutorado. Instituto de Higiene e Medicina Tropical. 2019.

ARAÚJO, Helmer. O livro na Rua: Biblioteca do cidadão. **Brasília: Thesaurus Editora**, 2012.

ARAÚJO, José Carlos Evangelista de. **Nepotismo e estado patrimonial no Brasil em face do princípio constitucional da moralidade**. 2011

AVRITZER, Leonardo; FILGUEIRA, Fernando**. Corrupção e controles democráticos no Brasil**. Brasília, CEPAL – IPEA. 2011.

BIJAGÓ, Vagner Gomes**. Os golpes de estado na Guiné Bissau: o cotidiano do poder no contexto da diversidade étnica e da construção nacional**. 2011.

CANDÉ MONTEIRO, Artemisa Odila. **Guiné-Bissau: da luta armada à construção do estado nacional: conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica** (1959-1994). 2013.

CARVALHO, Ana Cláudia Marcos. **A Administração Pública no ordenamento jurídico, constitucional e legal, da Guiné-Bissau**. Lisboa: Universidade de Lisboa, [2007]. Disponível em: https://goo. gl/rpe7qJ. Acesso em, v. 6, 2017.

CIEKALSKI, Felix Alberto. **Compliance como ferramenta de melhoria da gestão e prevenção à prática da corrupção na administração pública brasileira**. 2019.

DA SILVA, Gabriela Sol Guedes; REIS, Maria Theresa Duarte. **Uma análise acerca da corrupção no cenário político brasileiro à luz do conceito de política de Norberto Bobbio**. **Virtuajus**, v. 1, n. 1, p. 264-272, 2016.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. **Métodos quantitativos equalitativos: um resgate teórico**. Revista interdisciplinar científica aplicada, v. 2, n. 3, p. 1-13, 2008.

DJÚ, Edgar. **Concurso público e desenvolvimento de capacidade na Guiné-Bissau**. Tese de Doutorado. 2019

DJÚ, Edgar. **Concurso público: Estudo comparativo entre legislação brasileira e guineense**, Redenção: 2016

EMBALO, Aly; WILKE, Erick Pusch; JÓIA, Paulo Roberto. **Turismo em Guiné-Bissau: uma leitura dos aspectos positivos e dos fatores limitantes.** CULTUR: Revista de Cultura e Turismo, v. 14, n. 1, p. 26-57, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Antonieta. **O poder militar e a desedificação do estado de direito e da democracia na Guiné-Bissau**. 2011.

GOMES, Bruno; DA SILVA, Natalino Neves. **Guiné-Bissau: revolução anti-imperialista inacabada. Alfenas** – MG: Editora Universidade Federal de Alfenas, 2022. 212 f.: il.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual de pesquisa qualitativa.** Belo Horizonte: Grupo Anima Educação, 2014.

GUERRA, Sidney Cesar Silva et al. **A corrupção na administração pública como elemento violador de direitos fundamentais**. Cadernos de Dereito Actual, n. 10, p. 245-261, 2018.

INDJAI, Mamadi Queluntã. **Políticas públicas na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável da Guiné-Bissau**. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. 2014.

INSIGUÉ, Januário Manuel**. Papel de estado na prestação de serviço no sector público guineense. Revista África e africanidade, ano XVI**–ed. 46, maio 2023–ISSN:1983-2354.

KRIPKA, Rosana; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa Lara. **Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa**. CIAIQ2015, v. 2, 2015.

MANZINI, Eduardo José. **Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos**, v. 2, p. 58-59, 2004.

MENDES, Dinis. **A função recursos humanos na administração pública da Guiné-Bissau: o caso estudante bolseiros da Guiné-Bissau em Portugal**. Tese de Doutorado. 2017.

MODESTO, Paulo. **Nepotismo em cargos político-administrativos**. Revista Brasileira de Direito Público. Ano, v. 11, 2012.

MOREIRA, José. **O nepotismo na administração pública guineense: Uma análise partindo dos ingressos no funcionalismo público**. 2021.

NAMONE, Dabana. **A luta pela independência na Guiné-Bissau e os caminhos do projeto educativo do (PAIGC): etnicidade como problema na construção de uma identidade nacional**. Araraquara – S.P. 2014.

NANCASSA, Evaristo Adelino et al. **O papel das receitas públicas e da política fiscal na economia da Guiné-Bissau**. Dissertação de Mestrado. 2022.

OLIVEIRA, Renato Ferreira de; OLIVEIRA, Virgílio Cézar da Silva; SANTOS, Antônio Carlos dos. **Beneficiários ou reféns? O patrimonialismo na perspectiva dos cidadãos de Poço Fundo, Minas Gerais**. Cadernos EBAPE. BR, v. 9, p. 950-966, 2011.

PEREIRA, Domingos Simões. **Democracia liberal na África Subsaariana: estudo das dinâmicas inerentes ao caso da Guiné-Bissau: da descolonização ao pós-abertura democrática**. 2021.

PRIM, Fernanda Fernandes et al. **Meritocracia e ocupação de cargos comissionados: uma análise inicial para os municípios brasileiros**. **Encontro brasileiro de Administração Pública**, 2022.

RODRIGUES, João Gaspar. **Nepotismo no serviço público brasileiro e a SV 13**. Revista de Direito Administrativo, v. 260, p. 203-229, 2012.

SILVA, Clariovaldo Enias Tavares da. **Controle interno no setor público: o caso da administração pública da Guiné-Bissau**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.2017.

SOARES, Marcelino Mendes. "**A construção do estado guineense no contexto da diversidade étnico-cultural**." (2016).

SUCUMA, Arnaldo. **Breve histórico sobre a construção do estado da Guiné-Bissau**. Cadernos de História UFPE, v. 9, n. 9, 2017.

TEIXEIRA, Ricardino. **Sociedade civil e democratização na Guiné-Bissau**. Tese de Doutorado. Dissertação. (Mestrado em Sociologia). Pernambuco, PPGS-UFPE. 2008.

TURATO, Egberto Ribeiro. **Métodos qualitativos e quantitativos na área da saúde: definições, diferenças e seus objetos de pesquisa**. Revista de Saúde pública, v. 39, p. 507-514, 2005.

ZANELLA, Liane Carly Hermes. **Metodologia de pesquisa** 2. ed. rev. atual. – Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2011.